

No grau zero de um mundo futurista ou de um passado tenebroso

Em uma sociedade regida por moeda sem lastro e palavras sem sentido, é de se esperar que os jovens encontrem fóssoos de areia movediça e cercas de arame farpado em suas carreiras: afinal, o medo de correr risco leva à preservação do que é antigo ou consagrado – de qualidade boa ou má, porém conhecida – em prejuízo do que é novo e, pois, ameaçador. Isso acontece no jornalismo, como nas artes e ofícios em geral, onde quer que não haja pressão para mudanças: é o que nos mostra o primeiro dos artigos deste livro.

Em outro, documenta-se a rápida ascensão das mulheres na profissão – das duas únicas repórteres que conheci em redações do Rio de Janeiro há 65 anos, às centenas que as povoam atualmente. Um terceiro estudo comprova que, aqui, resistimos, apesar de tudo, aos encantos da dialética norte-americana que nos contempla com a imagem de alter egos de super-homem, sempre em defesa da Liga da Justiça, contra os pequenos seres malévolos que protegem mananciais de segredos nas assessorias de imprensa. Os assessores, percebemos, são jornalistas como nós – com seremos, talvez, ou já fomos – e partilham de valores éticos comuns que esbarram em interesses e interdições, tanto nos órgãos de Estado, empresa e instituições, quanto nos veículos.

Os demais textos esmiuçam os efeitos, na atividade profissional do jornalista, do processo de redução de postos de trabalho, precarização e cassação de direitos dos trabalhadores em geral que reflete a combinação de circunstâncias prementes: o fim da revolução industrial mecânica; a financerização e globalização da economia; o neoliberalismo e a concentração da riqueza; a automação das atividades produtivas, estendida à área de serviços, em particular na produção de sentidos.

Trata-se, aqui, de embalar esse conjunto de informações em um paco te teórico que as explique e permita a confecção de cenários prognóstico: e diretrizes de planejamento. Saber, enfim, se escorregamos em um fosso caímos no grau zero do futuro que nos livrará da exploração do trabalho ou se o que nos espera é o retorno a um passado remoto, de servidão e penitência.

Nilson Lage

Prof. Dr. Titular

Apos. UFSC-UFRRJ-UFF

Numa primeira abordagem, poderíamos dizer que o jornalismo retorna às origens, findo o epicólio burguês: nasceu como atividade nômade de aedos, bardos e menestres que, desde a Antiguidade, percorriam cidades e vilas contando novidades e fantasias, distribuindo poções e crenças mágicas. Quando a Europa descobriu o potencial da reprodução impressa de textos em versais romanas e minúsculas derivadas da escrita dos copistas carolíngios, no final do Século XV, esse conteúdo passou a ser veiculado em papel a custo mínimo, em cidades portuárias da Itália e Inglaterra, como registra Ben Jonson (1988) em sua comédia *Staple of News*, Mercado de Notícias. O jornalismo implantou-se, então, como atividade artesanal – o que voltaria agora a ser.

Ascensão e declínio da verdade

O ciclo – do bardo ao blog – é atraente pela simplicidade, mas simplório pelo tanto de diferenças que omite.

Quando comerciantes e banqueiros – a burguesia – passaram a imprimir seu discurso ideológico em forma de versos para os fatos emergentes, o *fait divers* ou a *varia* desses folhetins foi colado à rabeira dos artigos de fundo, constituindo atração a mais, eventualmente chamarriz, para a difusão do conteúdo doutrinário, que sempre atribuía à nobreza culpa pelos males do mundo. Prodigios e estruturas linguísticas que aproximam, em um mesmo contexto, notações contraditórias (Barthes, 1964) seguiam-se e misturavam-se com o registro de eventos climáticos, políticos e econômicos de interesse dos editores e consumidores, muitos deles ocupados com a operação de negócios.

Na passagem dessa etapa, ainda artesanal, em que o jornalismo era sustentado pela venda de assinaturas (algo como o *crowdfunding*) para a seguinte – quando as máquinas permitem tiragens maiores, exigem investimento pesado e atrelam crescentemente a produção de mensagens jornalísticas ao núcleo de poder financeiro – é preciso destacar um aspecto conceitual: a prevalência do critério de noticiabilidade fundado no conceito de verdade definido por Isaac Israeli, no Século IX, como adequação exata entre o enunciado e o evento ou estado que realmente ocorre ou se evidencia, *adaequatio rei et intellectus*.

Constata-se, por aí, que a verdade não existe na natureza, mas no discurso, como obra da percepção humana e da linguagem. Fomos formados pelo senso comum e pela escola no culto dessa verdade objetiva de que fala

Israeli, resistente à metafísica – conformação do relato a fatos empiricamente verificados ou deduzidos de evidências. Acreditamos, como Alfred Tarski (1974), que a proposição “a neve é branca” é verdadeira se, de fato, no mundo real que nos é posto, a neve é branca. No máximo, abre-se espaço para aditivismos que existem aparências e essências, isto é, que tanto é verdadeira percepção de que o Sol cruza o céu, todo dia, do Nascente ao Poente, quanto a constatação de que é Terra que circula à volta do Sol, não o contrário.

Esse entendimento firma a conexão entre a sociedade industrial (necessariamente a capitalista, mas qualquer que a supere, na mesma linha de desenvolvimento) e a filosofia grega de três séculos antes de Cristo. Até então, o conhecimento se expressava em lendas, narrativas e apólogos, menos comprometidos com a adequação exata aos fatos.

Ao contrário do que o emprego corrente da palavra “platônico” sugere, a filosofia concebida na Academia de Atenas ancorava-se na realidade do centro do Universo, já que, para os fins práticos da navegação da época, bastava orientar-se pela disposição fixa dos astros no céu de Ptolomeu. Dessa perspectiva, como escreveu o cardeal Nicolas de Cusa, em *De Doct Ignorantia*, em fins do Século XV, “o centro do universo é o lugar onde o observador está”.

A convicção de que este é o modelo óbvio de proposição verdadeira (no caso dos astros reconfigurada pelas demonstrações de Giordano Bruno e Galileu) nos impede de perceber que o conceito da verdade como adequação compete com outros, dominantes no passado e ainda sobreviventes. Por exemplo, a verdade dos advogados que nos obrigam a denominar *suposto* o que é evidente e categorizar como *suspeito* mesmo o autor confesso de crime documentado: o motivo é que, do ponto de vista do Direito – e pois, da Lei – verdade é o que os tribunais sentenciam, até que outro tribunal sentencie em contrário. A realidade é deformada no processo, ente histórico, e nas filigranas de seu percurso retórico, fato desprezado por mais que se exemplifiquem, aos milhares ou milhões, os erros de julgamento.

Convive com a verdade constatada a contrapartida ancestral da verdade revelada em textos religiosos e tradições: não se apoia em evidências ou se submete a rigor lógico, mas reside na subjetividade em forma de fé. O conflito se manifesta aqui e ali – por exemplo, nos esforços para explicar, em termos de pura materialidade, eventos referidos em livros santos; justificar condutas que perderam o sentido ou utilidade; e nas tentativas de entender de maneira simplória (portanto, sem o ferramental necessário

de conhecimentos) coisas tão diversas quanto o comportamento das multídes, o transe, o poder da oração ou a eficácia da homeopatia em síndromes leves de doenças autoimunes.

A despeito da concorrência do formalismo e de resíduos do passado arcaico (a mão de Deus que move os mercados para Adam Smith, por exemplo), os movimentos de opinião da fase pós-renascimento até meados do Século XX buscaram fundamentar-se na experiência objetiva ou no que se deduz dela. O iluminismo desenvolve, com esse objetivo, toda uma teoria sobre o *homo sapiens compatível* com o conhecimento da época, e só contestada com a experiência prática da Revolução Francesa e os avanços posteriores de estudos sobre economia, psicologia e sociedade. Ciências (faculdades) e ofícios (institutos) edificaram seus saberes com o mesmo critério. O socialismo revolucionário, em Marx, nomeou-se como científico a partir da descoberta da luta de classes como motor da História; o mesmo quanto à base conceitual da Teoria da Utilidade Marginal, divulgada por Carl Menger, pilar da sociedade de consumo. A ideologia do branqueamento, criada para permitir a diáspora de trabalhadores europeus na reação conservadora que começou em meados do Século XIX, buscou atar a alegada superioridade dos europeus a conhecimentos experimentais da Biologia, desde a metáfora do darwinismo social às comparações entre crânios (braquicéfalos e dolicocefalos), apropriações enviesadas da genética (a eugenia) e comparações linguísticas (o indo-germânico); conseguiu ser aceita, quase unanimemente, por um século. Nosso erudito repórter Euclides da Cunha, em Os Sertões, teve de recorrer ao clima áspero e geologia hostil para explicar porque os sertanejos de Canudos eram, antes de tudo, fortes, em oposição aos “mestiços do litoral”, conformes às doutrinas racistas dominantes na época.

O comprometimento do jornalismo com o positivismo lógico – rosteiro amadurecido do pensamento científico – conjugou-se, nas primeiras décadas do Século XX, com o ideal de partilhar ao máximo as informações de interesse público, atraentes e relevantes, sem dar espaço à irracionalidade e ao misticismo. No contexto do pragmatismo de Charles Sanders Peirce e da psicologia funcional de William James (sobre essa construção conceitual, Dewey, 2007) jornalistas e acadêmicos norte-americanos, em reação ao sensacionalismo da mídia, propuseram o culto da simplicidade, da objetividade e crítica feroz dos adjetivos e artifícios retóricos.

A proposição básica de uma notícia (quem, que, onde, quando, com que) foi buscada na Lógica de Aristóteles (Século IV a.C.). Causas e finali-

dades constituem, de modo geral, circunstâncias à parte, porque atribuídas não inerentes aos fatos: no mundo que se revela para nós existem as implicações (se..., então), mas não a evidência de séries causais ou consecutiva entende-se que narrativa é construção discursiva humana que representa tempo selecionando eventos em fluxo em um corpus caótico (sobre teóricos dos discursos, Bakhtin, 2011; Barthes et al., 2011).

Os que se opuseram – e se opõem – a esse tipo de jornalismo argumentam que a separação rigorosa entre o testemunho dos fatos e sua interpretação a partir de perspectivas particulares (estas mencionadas em terceira pessoa) ameaça despir a realidade de emoção e não se prestaria, pois a motivar os homens; por outro lado, é evidente que contrariaria interesses paixões envolvidos no universo das notícias, inconveniente que terá sido responsável principal por sua decadência e corrupção.

No Brasil, à rejeição da adjetivação retórica, universalização e simplificação da linguagem (“quanto mais comum é um conceito, menos manipulável”) somaram-se diretrizes formais instituídas após a Semana de Arte Moderna de 1922, superando uma etapa de parnasianismo pernóstico, que já resistiam, em textos de ficção e artigos de imprensa, escritores com Monteiro Lobato ou Lima Barreto. Entre os autores literários posteriores o que mais se destaca nesse *enxugamento* do texto é Graciliano Ramos, e mesmo redator de *copydesk* dos textos nobres do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro.

Foi no Rio, então capital da República e sede dos principais veículos impressos de mídia, que se consolidou essa modernização do estilo, a partir de experiências conduzidas pelo Professor Danton Pinheiro Jobim, nCurso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil – atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro e sua aplicação em um pequeno e atuante jornal político, o *Diário Carioca*.

Quando os projetos de poder desafiam a razão

O declínio do conceito de verdade como conformação à realidade não ocorre por acaso nem é algo trivial. Coincide com o aguçamento do corflúio ideológico que se trava há algumas gerações entre individualismo (competição) e socialismo (a garantia de estabilidade); resulta da superação da revolução industrial com o retorno à hegemonia bancária da *belle époque* acrescida de novos instrumentos de gestão dos negócios e controle de massas, com a revolução tecnológica contínua nos meios de transporte

informação. Pela primeira vez, a aposta em lucros futuros e a quantidade crescente e limitada de moeda tornam a economia virtual competitiva da economia real entre os viciados em ganância; isso gerou multidão de investidores, forçando nova classe ociosa como, antes, a nobreza.

Quer se proponha como nacionalismo étnico (comum aos fascismos do século passado), apresente-se como culto fanático de arcaísmos e tradições (em Alexander Sojenitsin ou em bispos católicos saudosos das missas em latim, por exemplo) ou associado à fração autoritária do neoliberalismo radical (na linha ortodoxa da Escola de Chicago), o entendimento de mundo que se impõe escandalosamente em nosso tempo tende a apoiar-se em conceitos abstratos e essencialmente ambíguos, que escorregam quando se tenta materializá-los. Trata-se de escamotear, de toda forma possível, não apenas a luta de classes nas ciências sociais, mas também a orientação científica em escolhas políticas.

Fenômeno de nosso tempo é a força com que brotam verdades reveladas sem, de fato, haver quem ostensivamente as revele. Embora se disparem, por vezes, com o apelo a textos bíblicos pregados em púlpitos às massas, a motivação das religiões sem deus é a ambição de poder e riqueza e seu fundamento o medo de um futuro em que padrões de exploração do trabalho humano sejam superados; é essa perspectiva racional que as leva a rejeitar qualquer razão.

Sem o paradigma da verdade ancorada em evidências, qualquer afirmação vale tanto quanto outra; dispensa e rejeita argumentação em contrário. A Terra é plana, Gaia vingadora do desprezo dos homens pela natureza, a Estação Espacial Internacional fica em um estúdio da Nasa, políticos recebem medicamentos eficazes etc. Trata-se de uma nova mística, fundada no poder que alguns homens têm de impor aos outros verdades de sua eleição, como escreveu Martin Heidegger no ensaio "A essência da verdade" (2010). Embora não haja necessariamente um Deus, a fé se institui sem Ele; de toda forma, a religião dita cristã que se professa junto com a nova ideologia rejeita, juntamente com o humanismo, o componente grego da doutrina de Cristo e se assenta, basicamente, em preceitos anteriores do Antigo Testamento. Não espanta que seja, por um lado, anti-Islã; por outro, anti-Confúcio.

A putrefação da democracia

demas, *povo* é um conjunto de indivíduos que se distribuem em coleções segundo posições de classe, níveis culturais, grupamentos étnicos e interesses diversos, eventualmente contraditórios; sua unidade é uma construção imaterial, vaga, categórica (na noção matemática de conjuntos) ou atributiva. A raiz *kratia* pode significar *governo* ou algo menos palpável, a potência ou capacidade latente de ordenar ou interferir em um estado de coisas.

A união dos dois conceitos em *poder do povo* nada esclarece quanto à natureza da democracia, porque a preposição que os conecta, *de*, pode significar relações de natureza diferente (em português, posse, propriedade, pertinência, origem, produto etc.). Como não é da natureza do povo exercer o governo, nem ele tem conhecimentos, unidade e presteza para isso, pode-se entender como democrático o regime que assegura aos indivíduos condições igualitárias quanto a suas realizações individuais e nível elevado de participação – entenda-se isso como *tomar parte* ou *ser partícipe* das decisões, podendo manifestar-se; ou algum outro em que, induzidos pela organização enviesada das instituições políticas e manobrada por propaganda maciça, os indivíduos escolham rumos que não atender a essa condição.

Por um entendimento, a democracia seria incompatível com o coraste radical das condições e vida e a miséria: em outro, com a tirania gerida, quer pela força, quer pelo controle de opinião (a propaganda incorotornável, a pressão social dirigida). É erro malicioso associar democracia exclusivamente à liberdade individual, porque os homens dependem da comunidade que os educa e conforma; constroem representação mental de si mesmos pelo espelhamento na atitude de outros; definem sua identidade em oposição a eles. A sensação da liberdade decorre não da supressão de restrições externas, mas da consciência do serem elas percebidas como opressivas; levada a extremo, liberdade implica solidão e exclusão solidária.

Se se pergunta a cidadãos continentais da Europa Ocidental o que um regime democrático, recorrerão provavelmente ao amplo acesso à educação e ao atendimento médico, pluripartidarismo, representatividade política, previdência social e respeito a direitos e prerrogativas dos cidadãos. Não dirão o mesmo os cidadãos dos Estados Unidos ou da China, onde alguns desses requisitos não são atendidos com a mesma amplitude. Não há diferença, em abstrato, entre o sistema político saxônico, em que do partidos com posições similares quanto a temas fundamentais disputam poder protegidos por muralha ideológica e outros, em que um partido, o

vários, se protegem por detrás de muralhas similares. Tudo que há a considerar é o fundamento e a consistência desses muros.

A retórica política é hoje essencialmente publicitária. Denominações com referência explícita são substituídas por outras, mais genéricas, constituindo imprecisa nomenclatura técnica: em vez de diretor ou gerente, gestor; de trabalhador avulso, empregador; de empregado ou prestador de serviço, colaborador. É preciso desrealizar a realidade para que ela seja aceita.

O discurso de dominação contemporâneo é, assim, relativista e autoritário. Rejeita contestação factual porque opera com outro conceito de verdade: entende democracia como livre exercício do poder por indivíduos de um grupo dominante com relação aos dominados; é mecanicista quanto ao funcionamento das sociedades.

Onde uma história termina, começa outra

A emergência de tal construto ideológico ocorre em um momento em que, com o progresso da ciência e consequentes conquistas tecnológicas, as sociedades humanas estão em vias de substituir a maior parte do trabalho humano por equipamentos mecânicos, eletrônicos e geridos por inteligência artificial. Isto subverte mecanismos de acumulação de capital fundados na exploração e mais-valia do trabalho e reconfigura a atividade comercial no que se refere à exploração de recursos naturais e domínio de mercados.

Podemos supor que se trata de um enorme salto histórico – dramático como terá sido o caso de civilizações de que nada resta – ou episódio transitório, incapaz de demolir o edifício de conhecimentos de raízes greco-romanas que se ergueu a partir do Renascimento europeu e hoje alcança amplitude global. Mais provavelmente é episódio transitório, eclosão turbulenta de visões de mundo recalçadas pelo avanço rápido da História. De toda sorte, o que permite tal desdobramento é a existência de um instrumental de controle de opinião formado ao longo do Século XX.

Talvez isso nos permita refazer alguns conceitos enraizados que fundam nossa profissão. “Mídia independente”, por exemplo, não existe; a mídia dependente do capital não é independente. Informação confiável é aquela de que se podem descontar os interesses em jogo. Não por acaso, os veículos mais confiáveis, com a ressalva de seus interesses particulares bem conhecidos, são mantidos por estados nacionais (como a BBC, a RFI ou a

Xinhua), organizações científicas (como a *Nature*), museus, universidade e instituições civis.

Armados de ceticismo, teremos que reconhecer os limites de nos poder como fiscais ou ditadores da verdade; será melhor nos reservar condição de intérpretes, observadores e críticos vulneráveis, com pouca certeza; e, como os malabaristas, artistas de teatro e professores primários assumir a condição de servidores públicos, entre os estafetas e os faxineiros de ideias.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARTHES, R. *Structure du fait divers*. In: _____. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 196
- BARTHES, R. et al. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DEWEY, J. *O desenvolvimento do pragmatismo americano*. *Sci. Stud.*, v. 5, n. 2, p. 227-43, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. *Logic – The question of truth*. Translated by Thomas Sheehan. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- JONSON, B. *The Staple of News*. Manchester: Manchester University Press, 1988.
- TARSKI, A. *Logique, sémantique, métamathématique*: 1923-1944. Paris: Armand Colin, 1974.